

HETEROGENEIDADE E POLIFONIA D(N)O DISCURSO ACADÊMICO: AS VOZES QUE HABITAM O DIZER CIENTÍFICO

Por Leila Karla Morais Rodrigues Freitas¹

Considerações iniciais

O saber científico sempre gozou de grande prestígio social. A emergência da Ciência, em meados do século XVIII, demarca um importante momento da história da humanidade, a saber, o nascimento da modernidade. De fato, o advento de um conhecimento que se pretende inquestionável e verdadeiro como o científico não poderia deixar de alterar significativamente o cenário social. Ele rompe com todo o sistema de valores e crenças, mexe nas estruturas moral e ética, destrona velhas certezas, transforma os modos de ser/saber dos sujeitos no mundo, instaura novos paradigmas, institui novas verdades.

Ora, se naquele momento a Ciência, ainda manifesta de forma incipiente, ensaiando seus primeiros passos, já causara tamanho impacto, não nos espanta o fato de que, hoje em dia, na então denominada pós-modernidade, seu *status* seja ainda maior, quando se sabe que os campos de atuação da Ciência ampliaram-se, que os níveis de conhecimento complexificaram-se e que os saberes se especializaram.

O avanço tecnológico nas áreas da comunicação, do transporte, da saúde, o processo de globalização que desemboca na quebra de fronteiras espaço-temporais – marcas registradas da sociedade contemporânea – respondem pela elevação do papel da Ciência. No bojo das instâncias de produção de conhecimento, o saber científico assume o posto mais alto, sendo considerada a verdadeira fonte do saber e, por conseguinte da verdade.

Convém lembrarmos, a esta altura, as proposições foucaultianas acerca das relações de saber/poder que permeiam a vida em sociedade. Seu olhar perscrutador o faz ver que a(s) verdade(s) não é(são) sempre as mesma(s). Pelo contrário, Foucault percebe que ela(s) varia(m) de uma época a outra, de modo que inexiste a verdade enquanto essência. Diante disso, o filósofo conclui que o que se tem de fato são verdades e, mais ainda que tais verdades são historicamente produzidas. Assim, elas resulta(ria)m de processos de constituição, erigidos sobretudo no/pelo discurso. É no âmbito discursivo que se manifestam, segundo o autor, os jogos de saber/poder responsáveis pela aparição de saberes-verdades, a exemplo dos que são produzidos e propalados pela Ciência. Ao investigar o nascimento da loucura como categorização advinda de um saber científico – o da medicina via psiquiatria – sobre o louco e o são, Foucault destrona a Ciência do seu posto de detentora da verdade e dona absoluta do saber, revelando sua faceta real, a saber, de que o seu discurso é fruto de uma vontade de verdade, fruto de sua posição no campo de batalha dos jogos de poder, que legitimam o seu dizer, naturalizam-no e recobrem-no com o rótulo de(a) verdade.

Mesmo diante da (dessa) revelação que Foucault nos faz, o discurso da Ciência continua engendrando verdades, como se emanadas de um saber absoluto, objetivo e infalível. O discurso

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: leila.km@hotmail.com

acadêmico é herdeiro dessa prática. É sobre ele que nos dete(re)mos de modo específico neste trabalho. Este tipo de discurso é comumente concebido como hermeticamente fechado e monológico, donde se infere a ausência do fator subjetividades. Seu sujeito, ao que parece, se cala para dar voz à Ciência, aos conhecimentos produzidos no âmago da cientificidade.

Entretanto, a partir do princípio da Dialogicidade bakhtiniano, da noção de Heterogeneidade de Authier-Revuz e de Polifonia desenvolvido por Ducrot, desconfiamos dessa premissa. Ora, se a orientação dialógica prevalece em todo discurso e se todo dizer é atravessado por diversas vozes como o dizem os referidos autores, o que justifica a ausência desses fatores no discurso acadêmico? Seria mesmo possível um discurso objetivo, livre de quaisquer interferências de ordem subjetiva? Tendo em vista estas e outras questões que nos inquietam nesse sentido, nos propomos a investigar as nuances desse discurso e de seu sujeito “nulo”. Para tanto, trilhamos um percurso teórico que vai da Semântica Enunciativo-discursiva embargada pelas teorias ducrotianas à Análise de Discurso de matriz francesa.

Da especificidade do discurso acadêmico

Uma das características mais marcantes do discurso científico é o distanciamento do sujeito-enunciador. A fim de provocar o efeito de objetividade, este se caracteriza, via de regra, pela “tentativa de apagamento do enunciador que se distancia do seu enunciado”, criando dessa forma “ a ilusão de uma reprodução objetiva e imparcial do experimento”, conforme nos assegura Coracini (1991, p. 89). Na verdade, o afastamento do sujeito na produção discursiva científico-acadêmica resulta de uma imposição institucional. O direcionamento do sujeito para os objetos integra o conjunto de normas que regem o âmbito acadêmico.

A Academia funciona como uma agência (discursiva) cujo acesso é restrito, controlado, de modo que adentrar na (nessa) seleta ordem implica por parte do sujeito a aceitação tácita das regras previamente instituídas. A este respeito, Foucault (2005) já nos alertara. De acordo com o autor, o discurso é envolto em uma aura de perigo, sendo objeto de sanções e vetos, de modo que “não se tem o direito de falar tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1998, p.9).

No entanto, é salutar ressaltar que mesmo tendo diante de si normas rigorosamente explicitadas, o sujeito conta com mais de uma possibilidade de ação. Se, por um lado, se tem o caminho, ao que tudo indica mais fácil, da adesão aos mecanismos de regulação, por outro, se tem a possibilidade de adoção de uma atitude contrária, de resistência, embora seja esta possibilidade — taxada como transgressora — privilégio facultado a alguns apenas, mais especificamente àqueles cuja inserção na ordem discursiva acadêmica já fora assegurada, ou seja, aos que gozam já de certa notoriedade no círculo acadêmico, resultante de uma vasta produção e experiência na área. Revisitando os escritos de Foucault, uma vez mais, nos damos conta de que essa possibilidade fora já vislumbrada pelo filósofo para quem a atitude de resistência é lícita ao sujeito que se esforça por construir mecanismos capazes de “burlar” o sistema que regula a ordem do discurso e que impede sua inserção. Assim, esse movimento de transgressão configura um discurso outro, o Contra-discurso (FOUCAULT, 2005).

De todo modo, a regularidade do discurso acadêmico-científico se marca pelo afastamento do sujeito-autor do seu próprio texto e pela decorrente ocupação da posição de sujeito-observador. Conforme nos assevera Coracini (1991) o emprego de tais recursos visa atestar a ausência do sujeito-investigador no processo de produção científica. As expectativas de objetividade e imparcialidade que cercam o discurso científico se nutrem destas prerrogativas, a partir das quais o dizer da Ciência deve ecoar uma só voz, a voz da pesquisa, dos dados obtidos na/pela investigação. Nesse sentido, a voz do sujeito enunciador deve ser preterida, ocultada, silenciada em favor da voz do conhecimento, da voz que pronuncia a “verdade”. Mas, será que essa tomada de voz é eficaz ao ponto de não deixar vestígio do sujeito efetivo que enuncia o dizer? Ao que tudo indica, não. Resta-nos investigar mais detidamente esta questão.

Pressupostos teóricos: as noções de heterogeneidade, polifonia e dialogismo

Considerar a íntima relação que se estabelece entre as noções de Heterogeneidade, Polifonia e Dialogismo é providência inicial quando se pretende abordar aspectos da constituição do sujeito (e) do discurso. A tênue linha divisória que demarca o território conceitual de cada uma delas sugere uma injunção de caráter interdisciplinar nos quadros teórico-analíticos nos quais tais noções operam. Em obediência a este raciocínio, somos conduzidos a Semântica Enunciativa e a Análise do Discurso, donde nos valem das reflexões engendradas especialmente por Ducrot e Bakhtin respectivamente.

Bakhtin foi o precursor das discussões que respeitam à Heterogeneidade discursiva. A introdução da noção de Dialogismo, seguida de perto pela de Polifonia, feita que ele fizera foi um verdadeiro marco na História da Linguística Discursiva, fomentando diversas outras reflexões que o sucede ainda hoje. Ao afirmar que todo discurso é dialógico por natureza, Bakhtin põe em evidência o caráter dialógico da língua(gem) como elemento constitutivo da própria língua em sua vertente prática. Nas palavras do autor, temos que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1992, p. 123).

É válido ressaltar, contudo que o termo diálogo em Bakhtin não se confunde com o diálogo em sua acepção vulgar. Antes disso, na concepção bakhtiniana, diálogo extrapola os limites da conversa erigida em tom audível face a face entre dois ou mais sujeitos. Para ele, qualquer ato de fala — falado, impresso ou mesmo esboçado na mente sob a forma de “pensamento” — constitui um elemento da comunicação verbal, sendo que todo discurso carrega o traço da Dialogicidade. Ao considerar o “pensamento” como discurso também marcado pela Dialogia, o autor nos remete a uma outra discussão (entre)tecida por ele mesmo, a saber, a do caráter ideológico da linguagem tomada enquanto signo. A linguagem conforme nos atesta Bakhtin (1992) é o signo por excelência e, a exemplo do que ocorre com os demais elementos

signícos, é carregada de conteúdo ideológico, de modo que mesmo no campo restrito à consciência, do raciocínio, a ideologia se faz presente engendrando a Dialogia.

O movimento dialógico mencionado por Bakhtin parte da noção de recepção/compreensão ativa/responsiva também desenvolvida por ele. Nos seus termos, o diálogo se estabelece mediante a compreensão, tomada como processo crítico e que implica réplicas, de modo que somente o gesto de compreensão possibilita a compreensão do significado do que fora enunciado. Ao enunciar, ainda de acordo com Bakhtin, o locutor tem em mente um auditório social bem delimitado e é com base neste público que sua enunciação se orienta. Logo, procedendo de alguém e destinando-se a alguém, a enunciação sugere uma reação, uma réplica. Esta explanação acerca dos tramites que compõem a encenação reforçam ainda mais os princípios da dialogicidade e da interação assinalados pelo autor.

Para Bakhtin, a Heterogeneidade está ligada ao princípio da dialogia que por sua vez se liga à Polifonia. O discurso, na ótica do autor, é marcado pela Alteridade, atravessado, habitado pelo “já dito”, discurso outro. O Dialogismo se dá numa dupla dimensão: entre os interlocutores e entre os textos (intertextualidade), ao passo que o sujeito é constituído por diversas vozes que trazem os traços ideológicos responsáveis por torná-lo um sujeito histórico e ideológico.

No prumo de uma concepção polifônica do discurso e do sujeito caminha também Oswald Ducrot, que responde pelo redimensionamento da noção de Polifonia e conseqüente introdução no quadro teórico da Semântica da Enunciação ou Pragmática como preferem alguns. A proposição Polifônica ducrotiana integra a denominada Teoria da Argumentação na Língua, doravante TAL, que integra o conjunto total da obra do autor. Embora inscrita no rol das Teorias Estruturalistas, a TAL destoa em certos aspectos dos postulados herdados do mestre genebrino. Na verdade, há intersecções e dissonâncias entre as proposições estabelecidas por Saussure e Ducrot. Em comum, destaca-se o primado da linguagem. Para ambos a língua é, digamos, autossuficiente, no sentido de que é detentora de todas as condições necessárias à explicação dos fenômenos que ocorrem no domínio languageiro. A divergência entre estes se estabelece a partir das dicotomias saussurianas. O sujeito, personagem excluído na teoria de Saussure, é resgatado e posto em cena por Ducrot, a exemplo do que é feito com a fala, elemento desprestigiado naquele quadro reflexivo e privilegiado nesta.

Para além disso, Ducrot renega a premissa da unicidade do sujeito proposta por Benveniste – teórico com o qual trava também intensos diálogos, donde concebe o sujeito como múltiplo, plural. É nestes termos que se edifica a noção de polifonia ducrotiana, sob a qual se articula de modo direto a noção de heterogeneidade. Enquanto em Benveniste o sujeito é o centro da enunciação, unidade sólida e indissolúvel, em Ducrot ele é cindido. O jogo polifônico (e)anunciado por Ducrot se ergue a partir da figura do locutor (sujeito). Este é desmembrado, esfacelado em outras entidades enunciativas, o que possibilita a audição de outras vozes no discurso além da dele. Assim, na visão ducrotiana, integram a enunciação:

a) O Locutor – Produtor do enunciado, é ele quem se responsabiliza pelo ato de enunciação. Sua identificação se dá mediante o emprego da 1ª pessoa do singular, “Eu”. O locutor comumente coincide com a figura do falante empírico, também marcado pelo “Eu”. O locutor pode

ou não ser o autor do discurso, tendo em vista que no enunciado podem estar inseridas falas de outros locutores.

b) O Enunciador — É o responsável pelos atos de fala (iloutórios) veiculados pelo locutor no enunciado.

c) Alocutório/Destinatário — É a pessoa/indivíduo a quem o discurso proferido se destina. A enunciação se dirige a um alocutário cuja marcação se dá pelo uso da 2ª pessoa, o “Tu”. O destinatário é, mais especificamente, o destino que se pretende dar ao ato ilocutório.

Na esteira do raciocínio ducrotiano, em um mesmo enunciado se apresentam diversos sujeitos com estatutos lingüísticos diferentes: o do locutor, o do sujeito empírico e o do(s) enunciador(es). Este(s) último(s) não se confunde(m) com agente(s) ou pessoa(s), mas refere(m)-se a “pontos de vista” abstratos.

Face ao exposto, temos que “uma enunciação é polifônica se ela se apresenta como sendo, entre outras coisas, a realização de um ato de fala, cujo autor — o enunciador — não se identifica ao locutor da enunciação” (ANSCOMBRE e DUCROT, 1983, p. 131).

Da Teoria polifônica da enunciação de Ducrot nos transportamos, agora, uma vez mais, para o edifício teórico-analítico da Análise do Discurso de orientação francesa, donde volvemos nossa atenção para a concepção da Heterogeneidade alavancada por Authier-Revuz. A Heterogeneidade, de acordo Authier é o princípio que rege a linguagem em toda a sua dimensão discursiva, incluindo-se aí o sujeito do discurso, ele próprio uma entidade heteróclita, entrecortada, atravessada pelo outros e suas diversas vozes, de modo que as vozes do enunciador confundem-se com a voz do outro (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Consoante essa perspectiva, a Alteridade figura como elemento de constituição/instituição do sujeito (e) do discurso, não sendo, em razão disso, nenhum discurso impessoal. Nessa ordem, “o sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à língua que lhe serviria para ‘traduzir’ em palavras um sentido do qual lhe seria a fonte consciente” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 63). Disto conclui-se que não há um centro de onde emana o sentido da fala e que o sujeito não é a origem do dizer, embora seja esta uma ilusão a qual se encarregue com notável eficácia e destreza. Quer seja, o sujeito, na ótica authieriana está sempre envolto em uma aura de Alteridade, imerso ininterruptamente em jogos polifônicos.

Authier-Revuz estabelece uma divisão interna no princípio da heterogeneidade, segunda a qual se tem a heterogeneidade constitutiva e a mostrada. A heterogeneidade constitutiva é aquela onde a presença do outro é efetiva, porém velada. Uma vez não tendo sido deixadas marcas no discurso que revelem o discurso outro, faz-se necessário recorrer ao saber discursivo (memória, interdiscurso) para alcançar o “já dito”. Já na heterogeneidade mostrada, a presença do discurso outro é explícita, delineada no interior da própria enunciação. Constituem exemplos dessas marcas que denunciam a inscrição do discurso outro o discurso direto, discurso indireto, o uso da negação, as aspas e o metadiscurso do enunciador. Authier-Revuz nos assegura que a heterogeneidade constitutiva acompanha todo discurso, em maior ou menor grau, o que nos leva a refletir sobre a importância que o papel da memória (discursiva) desempenha no processo de análise dos discursos, rumo à busca da apreensão dos sentidos, tal como assinala Pêcheux.

Na acepção pêcheuxtiana, a memória é a condição do/para o dizível, sendo o já dito o lugar onde se abrigam as possibilidades de todo o dizer. Para o autor, a memória discursiva “seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Vestígios da heterogeneidade d(n)o discurso acadêmico: o *corpus*

Constitui o *corpus* deste trabalho artigos científicos publicados na revista Bagoas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A Bagoas abriga artigos resultantes de estudos teóricos e pesquisas empíricas que versem sobre a problemática de gênero(s) e sexualidade(s), de modo que todos os exemplos aqui elencados estão circunscritos a tais questões. A referida revista obedece a um regime de publicação semestral. Para nossa análise, recorreremos a textos publicados nas duas últimas edições do periódico, a do primeiro semestre de 2010 e a do último do ano de 2009. À guisa de esclarecimento, sustentamos as análises aqui empreendidas em trechos extraídos dos artigos aos quais tivemos acesso, de modo que os recortes não obedecem a uma sequência temporal e/ou linear, mas são fruto de um gesto de interpretação de nossa parte, donde selecionamos os excertos² que nos pareceu mais relevantes às discussões ora alavancadas.

1. É importante ressaltar esse aspecto para que não se construa uma imagem suicidógena da pessoa transexual, um dos primeiros passos para vitimizá-la.

2. Dentro desse contexto, é importante notar que o Brasil tem sido associado ao sexo e à sensualidade quase desde sua descoberta.

3. Finalmente, é curioso observar as posições abertamente machistas no discurso sobre a homossexualidade

4. É preciso entender por extensão que quando uma pessoa gay termina com seu/sua amante/amigo(a) devido à falta de poder da pessoa (falta de poder criada por sua homossexualidade), essa recusa e esse silêncio são moralmente errado.

Os excertos 1, 2, 3 e 4 ilustram uma forma de expressão muito em voga no universo do discurso acadêmico, o uso de termos modalizadores. Tais termos não apenas são “acatados” de bom grado, como o são recomendados pelo círculo científico-acadêmico, considerando a função que desempenham no enunciado, a saber, a de atenuar ou mesmo expurgar a presença do sujeito do discurso. Somado a este efeito de isenção do sujeito, a recorrência aos modalizadores ainda

² Todos os grifos que aparecem no *corpus* são de nossa inteira responsabilidade.

atua no sentido de promover a tão propalada objetividade que, segundo consta no discurso vulgata da Ciência, precisa estar, irremediavelmente, articulada ao dizer científico.

Volvendo-nos para os recortes acima referidos, damos-nos conta de que o emprego dos modalizadores pode se dar com vistas à promoção de fins diversos. Em 1, por exemplo, o termo modalizador (por nós grifado), funciona como uma advertência do autor destinada ao leitor, cujo objetivo parece ser evitar “falsas” conclusões com relação às questões ali discorridas. No entanto, é curioso notar como ao fazer isto, ele (o sujeito) se revela, se mostra, traindo assim os princípios de objetividade e de isenção de responsabilidade d(n)o discurso aos quais vem perseguindo. Expliquemo-nos: ora, se por um lado o modalizador “é importante ressaltar” afasta o sujeito do discurso, forjando um efeito de discurso sem sujeito, sem dono, fruto fidedigno da Ciência, fonte da qual emana o “verdadeiro” saber, por outro, a utilização desse termo denuncia a presença do (deste) sujeito-autor que sempre estivera ali, na sua fala, no seu dizer. Qualquer olhar atento será capaz de vislumbrá-lo. Além disso, a chamada de atenção que ele lança ao seu leitor, nos revela ainda seu posicionamento ante à problemática focalizada. De fato, é visível, neste excerto, o esforço empreendido pelo sujeito para viabilizar um sentido (o sentido desejado) para o que está sendo discutido.

Nos exemplos 2 e 3, a disposição dos modalizadores cumpre função similar a 1, de modo que não nos determos neles. Todavia, em 4, temos uma tomada de turno por parte do sujeito muito mais enfática. Embora ancorado em um termo modalizador, o sujeito, ali, não consegue ocultar-se, retirar-se de cena. Muito pelo contrário, sua fala encontra-se irrestritamente marcada pelo seu “eu” que parece não querer se desvencilhar do sujeito. O modalizador, neste caso, é introduzido num enunciado que traz como traço central o tom imperativo, sentencioso, o qual culmina num discurso de natureza moral, ética.

Merecem menção ainda, de nossa parte, os aspectos dialógico, polifônico e heterogêneo dispostos nos exemplos referidos acima. Ao se deixar flagrar por trás das cortinas dos modalizadores que revestem o seu discurso, o sujeito deixa frestas ainda para que possamos entrever a complexidade e a multiplicidade que perfaz o seu dizer. A interpelação que se faz em 1, 2, 3 e 4, mesmo que camuflada pelos modalizadores, é reveladora do caráter dialógico, constitutivo da linguagem, do discurso, tal como nos faz saber Bakhtin. Quem interpela, interpela a alguém. Ninguém enuncia sozinho e/ou para o nada, de modo que ao enunciar, o(s) sujeito(s) em tela vislumbram, de antemão o seu público, o(s) interlocutor(es) ao(s) qual(is) sua fala se dirige. Quer seja: “a palavra é uma espécie de ponte lançada sobre o interlocutor. Se ela se apóia sobre o locutor numa extremidade, na outra apóia-se sobre o interlocutor” (BAKHTIN, 1992, p. 113).

Ademais, a voz que se deixa (entre)ver nos exemplos que vimos analisando não é, necessariamente, uma, singular. Antes disso, seguimos no prumo Authier-Revuz (1990) para quem a voz do enunciador pode ser (e também é) sempre a voz do outro. Diante deste alerta, levamos em consideração a presença constante do jogo polifônico, de modo que concebemos o discurso sempre imerso nessa dimensão da pluralidade de vozes. Nessa perspectiva, os discursos em 1, 2, 3 e 4, não fogem a essa regra. As vozes que aparecem interpelando os leitores, chamando-os

atenção e advertido-os não são suas por si só, mas refletem vozes outros que as entrecortam e as constitui.

5. Segundo Minayo (2005, p. 24), “o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder [...], havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas”.

6. Barthes (1984, p. 62) acentua que: “A Fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa”.

7. De acordo com Nunan (2003), do ponto de vista das leis biológicas, homens e mulheres são completamente diferentes em nível sexual, porém, essa visão do sexo na teoria da bissexualidade original é uma visão recente, logo, histórica.

Em 5 e 6 nos defrontamos com uma outra forma, a exemplo da anterior, também muito usual em textos acadêmicos. O chamado discurso citado consiste na utilização das palavras de outrem no discurso. Em geral, pesquisadores e/ou preferencialmente aspirantes, cuja entrada na Ordem discursiva da Academia não fora ainda franqueada, se utilizam dessa prática. A fim de validar seus escritos, o sujeito convoca outras vozes já institucionalizadas, tidas em alta conta e as insere sem nenhum pudor no seu trabalho. O discurso citado é uma estratégia argumentativa de forte apelo no campo da produção acadêmica. Se pensarmos com Foucault que o discurso se insere numa arena regida por normas e regulamentações, o discurso citado passa a figurar como uma estratégia que o sujeito — ainda não autorizado a entrar no âmbito do discurso científico-acadêmico — lança mão para poder inserir-se, embora que sutilmente, na (nessa) esfera.

Para além disso, a citação literal do discurso do outro hierarquicamente mais bem situado no mundo acadêmico, conserva os direitos de propriedade, a (pretensa) autenticidade e originalidade do dizer de outrem. A este respeito Bakhtin nos assegura que o grau hierárquico da voz do outro ao qual se recorre determina os tipos de relação passíveis de estabelecimento em matéria de citação, de modo que quanto mais imponente o discurso de outrem ao qual se quer aceder, mais firmes e inflexíveis são as suas fronteiras, o que as torna menos acessíveis “à penetração por tendências exteriores de réplicas e comentários” (BAKHTIN, 1992, p. 153).

Nesses contextos, a voz do outro se investe de maior notoriedade que a do próprio autor do texto, embora se travem entre estes uma relação intersubjetiva. No dizer de Bakhtin, “o discurso citado e o contexto de transmissão são somente os termos de uma inter-relação dinâmica” (BAKHTIN, 1992, p. 148).

Em 7, por sua vez, o discurso citado se reveste em uma outra modalidade, o discurso citado indireto, comentado ou, como é mais conhecido, a paráfrase. Neste exemplo, o sujeito-enunciador transcreve o discurso do outro não obedecendo exatamente à forma com que ele fora materializado em palavras. O autor repete o dizer do outro dando a ele novos contornos, de modo

que as palavras — do discurso primeiro — são traduzidas, substituídas, se preciso realocadas. Isto caracteriza uma certa relação de “intimidade” e/ou até de autoridade do sujeito para com o outro, considerando que ele (o sujeito) dispõe da possibilidade de usar as palavras conforme melhor se lhe apetecer.

Em todos os exemplos acima, a heterogeneidade discursiva é, conforme classificação estabelecida por Authier-Revuz (2004) mostrada, haja vista que: 1) a voz do outro é expressa na íntegra, sem quaisquer rodeios e/ou desvios e 2) mesmo sofrendo certas alterações no ordenamento e disposição textuais, a voz do outro é a(e)nunciada explicitamente, possibilitando que a inscrição do “já-dito” (discurso outro) no fio do discurso.

8. O saber/poder médico afirma que as pessoas transexuais têm uma completa abjeção em relação aos seus corpos, o que as transforma imediatamente em seres assexuados.

9. A sexualidade sempre foi um grande enigma da humanidade e uma das mais importantes e complexas dimensões da condição humana. Sua compreensão envolve inúmeras variáveis que incluem questões morais, políticas e ideológicas (...)

10. Alguns parecem nascer assinalados para cumprir o papel do sacrificado, em nome da harmonia genérica de um padrão convencionalizado como “normal”.

Nos recortes 8 e 9, uma vez mais, o jogo polifônico integra o dizer dos sujeitos. Não obstante todo o esforço, notadamente realizado pelo enunciador/locutor/sujeito a fim de “ocultar” as vozes externas a sua, as pistas, descuidadamente deixadas no interior do seu próprio discurso nos possibilita o vislumbre do seu caráter polifônico e, por conseguinte, heterogêneo. Marcados pela heterogeneidade do tipo mostrada (AUTHIER-REVUZ, 2004), os discursos dos sujeitos, em ambos os exemplos, possibilitam a audição das vozes do outro a qualquer um, haja vista que seus ecos ressoam na superfície mesma do enunciado.

Em 8, por exemplo, o sujeito evoca o saber da Ciência médica para dar vulto ao seu discurso, àquilo que pretende propagar através da sua fala, o que caracteriza um argumento de autoridade de expressiva envergadura na Academia. Embora semelhante à estratégia de recorrência ao discurso de outrem já institucionalizado na/pela instância acadêmica, este recurso difere em certa medida daquele. O “já-dito” aqui se refere, como no caso em comparação, a um discurso atestado, bem quisto, consolidado pela Academia, a saber, o discurso científico. No entanto, ao invés de lançar mão de um dizer identificado como pertencente a alguém em específico, o sujeito de 8, opta por (re)tomar um “já-dito” anônimo, não condicionado a alguém em específico. Em termos de resultados, ambas as estratégias são válidas ao sujeito, no sentido de que funcionam como argumento de autoridade que facilitam sua inserção na Ordem discursiva acadêmica.

Em 9 e 10, temos uma mudança na manifestação do princípio da heterogeneidade, bem como da polifonia. A heterogeneidade que se/nos apresenta nos (nestes) enunciados é a Constitutiva, cuja apreensão é possível apenas por meio do saber discursivo (a memória, o interdiscurso), na medida em que, nela, não se tem a inscrição do discurso outro no fio (externo) do discurso, mas tão-somente em sua nuance interna. De fato, nos trechos relatados, os sujeitos-autores dispõem seus enunciados como sendo seus. Ao fazerem isso, eles se apresentam ao leitor/interlocutor/alocutário como a única e real origem do discurso, o que reflete uma tentativa de apagamento das outras vozes que habitam os seus dizeres e de uma consequente elevação de seu posto à condição de autenticidade. Contudo, isto é um ledó engano, uma vez que “o sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à língua, que lhe serviria para traduzir em palavras um sentido do que seria a fonte consciente” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 63). Em outras palavras, não há um centro de onde emana o sentido da fala, de modo que o sujeito não é o princípio do dizer, porém é sua função forjar esta ilusão (necessária a sua própria existência) de que é o portador do discurso e do sentido que ele viabiliza.

Retornando às análises dos excertos 9 e 10, observamos que os sujeitos de tais enunciados se utilizam de “já-ditos” que não remetem a um outrem determinado, especificado. A inserção dos dizeres outros ali, se dá numa dimensão, digamos, genérica. As afirmações feitas pelos sujeitos partem de discursos cujo(s) lugar(es) não fora(m) divulgado(s), o que não significa que este(s) lugar(es) não exista(m), mas, antes disso, que eles precisam ser “encontrados”, evidenciados. Nos discursos em questão, as vozes outras parecem estar ressoar do universo de saber que compõe o senso comum, cujos matizes de conhecimento têm seus alicerces em toda uma gama de saberes produzidos e propalados via discurso pelas diversas instâncias discursiva que respondem pela (re)produção dos discursos que circulam na esfera da vida social e que nela/dela e para ela vive.

11. Escolhi trabalhar com mulheres com movimentos demarcados. Tinha como objetivo traçar metaforicamente um paralelo entre esse estado e sua histórica condição de opressão.

12. Parto do pressuposto de que a diversidade sexual, sobretudo no Brasil, é muito mais complexa e ampla do que esses determinismos vazios e pouco confiáveis.

13. Assim, defendo que a homocultura não pode ser vista/lida como mera expressão exclusivamente teórica e/ou intelectual que nasce com o dever de resposta combatente à homofobia (...)

Nos excertos 11, 12 e 13 chama-nos atenção, antes de qualquer outro aspecto, o modo de inserção do sujeito-locutor no enunciado, considerando o gênero discursivo ao qual ambos, sujeito e enunciado, circunscrevem-se, o Artigo acadêmico. Contrariando as normas estipuladas pela Academia que preconizam que o sujeito deixe ser “um sujeito-para-si para ser um sujeito-

para-os-objetos” (SANTOS, 1989, p. 14), o sujeito de cada um dos enunciados acima referidos assume uma posição ativa ante ao discurso que veicula. O arranjo linguístico não nos permite faltar com a verdade. Ora, ao debruçarmo-nos sobre a materialidade linguística de tais enunciados, visualizamos, nitidamente, os indícios que apontam diretamente para o sujeito do discurso, ou, como diria Ducrot, para o locutor que “é o ser a quem fazem referência o eu e as marcas da primeira pessoa” (DUCROT, 1987, p. 142). Isto porque os verbos obedecem à 1ª conjugação, empregada pela primeira pessoa do discurso, o “Eu”. Nos casos aqui em pauta, há a omissão do “eu”, contudo, este recurso não anula o efeito de sentido que a disposição determinada gramaticalmente para as formas verbais sugere. O sujeito de 11, 12 e 13 se apresenta, assim, como o responsável pelo seu dizer, como um sujeito intencional, consciente e dono de si e do discurso.

Importa-nos destacar, no prumo dessa discussão, um trecho de um outro artigo, extraído da mesma fonte que os demais recortes analisados neste trabalho, a qual despertou nossa atenção.

14. Vale dizer que escrever em primeira pessoa é uma forma de inscrição frente ao tema proposto. Não se pretende que a escrita em primeira pessoa seja vista como demonstrativa da superior capacidade intelectual de um sujeito autônomo, que pode falar de tudo. É apenas registro de inscrição, de lugar particular de fala.

Na fala acima flagramos um sujeito que procura justificar seu posicionamento ativo, sua presença marcante, nada velada, no discurso. Este sujeito tem ciência das normas que regem o discurso acadêmico, da perseguição incessante pelo alcance da objetividade e dos riscos que incorre ao assumir tal atitude. Em função disso, ele antecipa as reações/réplicas das quais possivelmente será vítima seu discurso e argumenta em seu favor. Em 14, o sujeito parece ter assimilado literalmente a premissa bakhtiniana segundo a qual ao falante a palavra é se daria a existir sobre três aspectos: “como palavra da língua neutra (...); como palavra alheia dos outros; e (...), como a minha palavra, porque uma vez que opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção determinada, ela já está compenetrada em minha expressão” (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Embora sejamos apresentados nos quatro últimos exemplos a sujeitos cuja atitude se define pela não adesão aos princípios reguladores da Ordem discursiva acadêmica, o que caracteriza uma atitude de resistência, não quer isso dizer que a inserção destes no círculo acadêmico se dê facilmente.

A não adesão ao regimento discursivo, qualquer que seja ela, especialmente o científico-acadêmico sob o qual nos detemos aqui, não implica, necessariamente, a inserção do sujeito na ordem desejada. Para que o espaço que almeja lhe seja concedido, é preciso, antes, que algumas condições básicas sejam favoráveis, que o indivíduo preencha alguns requisitos, dentre os quais se destacam uma vasta experiência no campo da pesquisa, um elevado grau de instrução e a ocupação de altos cargos no adro de instituições de renome científico. A título de curiosidade, os

sujeitos-enunciadores de 11, 12, 13 e 14 carregam, todos eles, o brasão de Doutores, acompanhados de ricos e invejáveis currículos, de modo que, entendemos que são/foram estes elementos que propiciaram, no final das contas, a entrada destes sujeitos na instância acadêmica, não resultando apenas de vontades e/ou esforços particulares. Isto porque a entrada na arena do discurso implica, de toda forma, a disposição de jogos de poder, que atuam lado a lado com a produção do discurso e do saber.

Por último, resta-nos tocar na questão da heterogeneidade nos (nestes) discursos. O leitor atento poderá a esta altura está se perguntando: ora, como podem tais discursos conterem outras vozes se as análises até aqui realizadas insinuam a existência de sujeitos altivos, que driblam a ordem da Academia e se colocam numa posição de domínio frente aos seus dizeres? Ora, para respondermos a tais indagações partimos dos princípios do Dialogismo e da Polifonia bakhtiniano, da Polifonia ducrotina e da Heterogeneidade de Authier. Todos eles nos fazem saber que o sujeito não é monolítico (DUCROT, 1987); que o diálogo é a essência primeira da língua(gem) (BAKHTIN, 1992) e que “por trás de uma aparente linearidade da emissão ilusória de uma só voz, outras vozes falam” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 141). Quer seja: as vozes dos sujeitos em 11, 12, 13 e 14, não são apenas suas. Antes disso, há vozes e mais vozes que falam antes delas e que ajudam a compor um coro que soa uníssono.

Ainda algumas considerações

A partir das discussões (entre)tecidas ao longo deste trabalho, bem como das análises aqui empreendidas, pudemos evidenciar elementos relevantes que integram a composição do discurso, num âmbito geral e, mais precisamente, do discurso acadêmico-científico, nosso objeto de investigação. Elementos que são, a nosso ver, reveladores no sentido de desmitificar certas questões que rondam o fazer/dizer da Ciência.

O primeiro deles respeita à Objetividade, princípio no qual o discurso científico se ancora e do qual se gaba. Os exemplos dos quais nos utilizamos, embora minimamente representativos, nos possibilitaram o vislumbre do modo de funcionamento da instância discursiva acadêmica, regida por normas e padrões responsáveis pela seleção dos discursos/conhecimentos que podem/devem inserir-se no seu universo em detrimento de outros que não dispõem de licença para tanto. É nesse contexto que a objetividade figura como categoria central, de valor inigualável, donde o seu alcance implica, por parte do sujeito, a aceitação do (daquele) vigoroso regimento que preconiza, dentre outras coisas, a isenção do sujeito do discurso em detrimento da aparição do objeto e dos saberes produzidos a partir dele. A obediência a estas condições sugere a existência de um sujeito uno, monofônico, singular e consciente. No entanto, esse sujeito, ao que parece inexistente, é uma verdadeira farsa.

Entre os 14 recortes sobre os quais nos debruçamos, não foi visualizado um discurso sequer em que o sujeito que se encaixe nos moldes da unicidade. Pelo contrário, paradoxalmente, em todos eles, nos deparamos com sujeitos múltiplos, fragmentados, multifacetados; sujeitos polifônicos cujas vozes ressoam outras vozes e os dizeres são atravessados, entrecortados, sempre, pelos discursos outros, os ‘já-ditos’ – condição fundamental segundo Pêcheux (1999)

para todo o discurso. Além disso, os enunciados sob os quais nos debruçamos abrigam, em seus interstícios, não apenas o autor (sujeito que se esforça por esconder-se sob o véu da estratégia argumentativa da modalização), mas, outros “sujeitos”. A própria composição do “eu” enunciativo – sujeito que, no escopo da teoria ducrotiana responde pelo nome de locutor e que assume, via de regra, a responsabilidade do enunciado – é atravessada por outros elementos.

Constatamos, pois, que a Heterogeneidade faz parte do discurso acadêmico, esteja ela manifesta em sua modalidade mostrada, na qual sua aparição é explícita ou em sua forma constitutiva quando se encontra escondida nas entranhas incertas do discurso, velada, ocultada, escondida a duras penas e que há duas formas do sujeito se portar face às normas que governam a instância discursiva acadêmica: 1) aceder ao conjunto de regras e, por conseguinte, buscar cumpri-las a risca, ou 2) discordar de tais normas e instituir uma atitude de resistência que, por si só não é suficiente para romper as muralhas que cercam a Academia e seu círculo, mas que, aliada a outros elementos pode facilitar a entrada do sujeito nessa esfera.

Referências

- ANSCOMBRE, J. C; DUCROT. O. *L'argumentation dans La langue*. Bruxelles: Madaga, 1983.
- AUTHIER-REVUZ. J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, UNICAMP – IEL, v. 19, p. 25-42, Jun./dez., 1990.
- _____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In:_____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. Campinas: Pontes, 1991.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Porto: Afrontamento, 1995.